

**TERRITORIALIZAÇÃO E COTIDIANO COMO ESTRUTURAS DE UMA  
IDENTIDADE EM CONSTRUÇÃO: PERCEPÇÕES E CAMINHOS DOS  
JOVENS DO PROJETO DE ASSENTAMENTO ANA ROSA, POJUCA, BAHIA.**

Davi Silva da Costa<sup>1</sup>  
Heron Ferreira Souza<sup>2</sup>  
Lidia Maria Pires Soares Cardel<sup>3</sup>

**Resumo:** A dinâmica da Reforma Agrária imbrica aos sujeitos sociais um processo de territorialização permeado por conflitos. Estes conflitos, no que diz respeito à categoria juventude, geram nos laços cotidianos, um processo de encantamento com elementos urbanos e de valorização de elementos rurais, tornando o assentamento um lugar simbólico e liminar, onde para os jovens, figura-se como algo transitório, mas que pressupõe enraizamento. Nesta perspectiva que este artigo se propõe, ou seja, o de trazer através da história oral, as percepções dos jovens residentes no PA Ana Rosa, informantes da pesquisa de dissertação “Aqui é tranquilo, mas meu sonho é lá fora!” Pertencimento e identidades: o imaginário dos jovens do PA Ana Rosa – Pojuca / Bahia.

**Palavras-chave:** identidades, jovens rurais, território, cotidiano, assentamento.

**1. A importância do Conceito de Território: Notas conceituais**

Tomando-se o território e a ruralidade, respeitadas as diferenças e limites conceituais, pode-se afirmar que estes se complementam como referência para análise das dinâmicas sociais, culturais, ambientais e econômicas que se têm destacado nos territórios rurais. Conseqüentemente, se as práticas sociais se encontram em constante oscilação por incorporar novas técnicas, hábitos, valores simbólicos e culturais fazem-se necessário também aprimorar os métodos analíticos. Na tentativa de orientar o “olhar” para as novas dinâmicas espaciais é que o enfoque territorial se destaca, não somente

---

1 Engenheiro Agrônomo (UFBA), Especialista em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo (UFPB), Mestre em Cultura e Sociedade (UFBA), Professor Adjunto da Fundação de Desenvolvimento Educacional de Guarai, Tocantins. E-mail: silvadavi@hotmail.com.

2 Geógrafo (UNEB Campus V), Mestre em Educação e Contemporaneidade (UNEB Campus I), Professor Titular do Instituto Federal e Tecnológico da Bahia (IFBA), Campus Barreiras. E-mail: heronferreria2009@hotmail.com.

3 Cientista Social, Professora do Programa de Pós Graduação em Cultura e Sociedade (UFBA) e do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais (UFBA).

como um modo de análise empírico-normativo, mas também como uma real possibilidade analítica ao centrar o foco de observação na ação dos atores e as suas práticas sociais.

Diversos trabalhos sobre populações camponesas no Brasil têm demonstrado a importância da relação entre território e parentesco. Nesta chave, o acesso à terra é garantido "pela via hereditária, isto quer dizer que alguém tem direito virtual de 'dono' sobre a terra não simplesmente porque é um indivíduo, mas porque o é enquanto filho e herdeiro. Na definição da herança igualitária, assim, está imbricada uma definição estrita das relações de parentesco, seguindo o critério prioritário da filiação", dito por Paoliello (1992), esta visão, naturalmente associada às comunidades chamadas 'tradicionalis'.

Porém, no assentamento, parentesco e território, juntos, constituem identidade, na medida em que os indivíduos estão estruturalmente localizados a partir de sua pertença a grupos familiares que se relacionam a lugares dentro de um território maior. Se, por um lado, temos território constituindo identidade de uma forma bastante estrutural, apoiando-se em estruturas de parentesco, podemos ver que território também constitui identidade de uma forma bastante fluída, levando em conta a concepção de Barth *apud* Paoliello (1992) de flexibilidade dos grupos e, sobretudo, a idéia de que um grupo, confrontado por uma situação histórica peculiar, realça determinados traços culturais que julga relevantes em tal ocasião, como ocorre entre os assentados.

Este artigo é parte da dissertação de mestrado cujo título é: "Aqui é tranquilo, mas meu sonho é lá fora!" Pertencimento e identidades: o imaginário dos jovens do Assentamento Ana Rosa - Pojuca / Bahia. Foi utilizada na pesquisa a fonte oral, com entrevistas e oficinas realizadas em 2009. As falas dos jovens seguem indicadas com fonte em itálico e com seus apelidos e idades.

## **2. Cotidiano e trajetória: o território como lócus de um novo paradigma**

A trajetória dos pais, associadas direta ou indiretamente ao campo, unificada ao valor de luta e agregada ao processo de reforma agrária, gera a valorização da terra conquistada. Ainda que seja de forma "artificial", a visão da terá como bem simbólico,

na perspectiva do seu acesso, é remetida na família como um capital simbólico, como um bem familiar. Os jovens entendem os seus lotes como sendo:

*“Aqui é da família toda, somos todos juntos. Mas a gente sabe que não pode dividir, que aqui é de todo mundo. A gente divide assim, tem um que planta ali, mas o lote mesmo é da gente, isso me faz pensar como será, assim, quando eu quiser ter o meu... Ou sempre ficaremos aqui juntos ou teremos que mudar, mas eu preferia mesmo era ficar aqui junto, fazer crescer este aqui nosso!”* (Teta, 18 anos).

*“Aqui é de meu pai e de minha mãe, não é meu. Acho que um dia terei algo meu, mas será minha casa, não minha terra, não quero terra porque não quero plantar. Meus pais gostam disso, é bom pra eles. Mas minha irmã já mora em Salvador, eu quero ir com ela, estar lá. Ela só vem aqui pra ver a filha dela e ver a gente, assim é bom!”* (Guegueu, 17anos).

Percebemos que a situação para os/as jovens que são filhos de pequenos agricultores é ainda mais agravante, já que, a evasão do campo acontece tendo em vista que “o motivo é, sobretudo, a sobrevivência. O lote de seus pais já não poderá prover-lhes o sustento quando casam e constituem família” (MORISSAWUA, 2001, p. 213). Essas falas questionam acerca de uma identidade construída em um assentamento, sendo este um espaço novo e tão dinâmico. O processo de formação dos assentamentos, respondem, sem certa medida ao aparente como um paradoxo: luta por terra x divisão da terra familiar. A organização territorial, a construção de uma nova paisagem, a identificação dos camponeses com o novo espaço geográfico, a constituição da realidade a partir da territorialidade serão elementos a serem abordados na dimensão dos Assentamentos.

As características, os conceitos, as peculiaridades são os mais diversos sobre o que vem a ser um assentamento. No contexto mais universal significa ajustar, como diz Beledelli *et al* (2005), colocar no seu devido lugar o que está fora. Se olharmos por uma dimensão, ainda segundo a fonte, mais política, seria resolver o problema das pessoas que não tem moradia e foi assim que os governos iniciaram o uso desta palavra. Porém, para os assentados, significa a terra conquistada a partir de todo o processo de luta e organização, àquela onde já se pode produzir e morar constituindo um novo espaço social. Vejamos, por exemplo, o conceito de assentamento do MST (Caderno de Cooperação Agrícola, 1998):

(...) precisamos avançar no entendimento de que os assentamentos não são apenas uma unidade de produção. Mas, acima de tudo, são um núcleo social aonde as pessoas convivem e desenvolvem um conjunto de atividades comunitárias na esfera da cultura, lazer, educação, religião, que precisamos estar atentos para que os assentamentos cumpram sua missão histórica para semear as mudanças no meio rural (p. 11).

Ao analisarmos o conceito do MST verificamos que assentamento deve ser visto como um processo histórico em construção, onde deve se considerar desde a formação do latifúndio até a sua instalação, considerando que ele foi destinado para fins de reforma agrária. Por essa razão este território sofre profundas transformações e passando por transições, este espaço local é olhado como algo que está sempre em movimento estabelecendo novas relações sociais, políticas, culturais e econômicas em decorrência daquilo que a realidade vai apresentando em seu contexto.

Os assentados na medida em que são des-re-territorializados, ou seja, são desenraizados de seus lugares onde mantinham historicamente suas atividades tradicionais, são obrigados a enfrentar novos desafios advindos da necessidade de readaptação no novo território, agora na condição de assentado. Assim, os assentados na busca de construir uma nova identidade, buscam um novo sentido para sua existência, e assim constituem um reforço aos processos políticos e culturais de afirmação de valores mais significativos e solidários.

*“Eu dou opinião nas coisas daqui, a gente trabalha muito, se for plantar em algum lugar eu acho que é outro, ele às vezes aceita, outras não, esse lote são de nós, aqui a gente divide as tarefas... eu tenho uma parte que eu planto o que eu quero, nesta parte eu planto mandioca e ainda faço minha própria farinha, depois junto com o de meu pai e a parte que vende, tenho a minha, é bom porque eu junto um dinheiro e tenho algo que é meu...”* (Junior, 16 anos).

Trazem consigo sua cultura anterior, passando agora pela construção de uma nova identidade, uma nova territorialidade a partir da organização do assentamento. Em seu estudo da Geografia Cultural, Claval (1999) destaca que a cultura tem uma influência muito grande na constituição do espaço. As relações que os indivíduos estabelecem com o espaço vão demarcando seus lugares e suas culturas. O espaço é demarcado, apropriado, institucionalizado, qualificado, sinalizado. Referindo-se que o território é a ocupação do lugar do espaço, que este, trata-se da delimitação de

fronteiras, dos lugares, das regiões, das nações, confrontando-se as culturas, onde jovens sintetizam como um processo de retomada do processo de re-elaboração de sua identidade, territorializando-se:

*“ser do campo é trabalhar no campo, é labuta... levar almoço... não dá pra comer... o cara que trabalha no campo sofre...”* (Junior, 16 anos).

*“a vida aqui tem dificuldade, mas dá pra meu pai trabalhar”* (Juba, 14 anos).

*“no campo o transporte é difícil, não tem muito... O trabalhador rural tem como expandir na terra, não aqui... Não tem muito, dividir para os filhos... Aqui tem ar puro, na cidade as pessoas têm muitas doenças... A pessoa ter sua vida no campo é fazer sua vida fora, estudar... Isso é ser jovem no campo”* (Juba, 14 anos).

Quanto à vida no assentamento de reforma agrária e de como o camponês trabalha a sua dimensão cultural, observamos que é muito forte o sentimento de possuir um pedaço de chão e de como trabalhar com ele. Ao pensar de como irá organizar o seu lote, o camponês busca conhecimentos acumulados em sua história de vida, colocando em prática a sua herança cultural, resgatando jeitos que muitas vezes já estavam esquecidos. Mas, também passa a adquirir novos conhecimentos quando se defronta com um espaço totalmente desconhecido. É então que aparece o desafio de juntar o aprendido com o que deverá aprender. Aprender é olhar para o espaço do seu mais novo território e observar nele o que ele oferece no aspecto da produção de alimentos, no lazer, nas atividades culturais, na organização política, nas relações comerciais e de troca de produtos, na distribuição dos lotes, no convívio das famílias assentadas neste lugar e com a comunidade em geral.

Esta é uma dimensão da cultura trazida pelas pessoas: o fazer as coisas pelo que já está automaticamente imbuído em seu ser. E isso se expressa quando os camponeses sem terra chegam ao assentamento e vão construindo suas casas, organizando o local da horta, plantando para subsistência para depois pensar no sentido de olhar o todo, de como construir todas as relações necessárias para a viabilização do assentamento. Edgar Morin ao estudar a cultura e o conhecimento interligados coloca que as manifestações e expressões do processo da construção da cultura se dão através das manifestações, representações coletivas, “consciência coletiva”. “(...) Cultura e sociedade estão em relação geradora mútua; nessa relação, não podemos esquecer as interações entre

indivíduos, eles próprios portadores / transmissores de cultura, que regeneram a sociedade, a qual regenera a cultura” (MORIN, 2001, p.19).

### 3. O Assentamento e a territorialização: os jovens e seus conflitos

Na medida em que se desencadeia a organização do assentamento e os desafios se apresentarem, os camponeses tomarão consciência da realidade existente e do construir de um novo espaço. Aprenderão certamente a organização da produção do assentamento, a comercialização dos produtos, o cuidado com a mãe terra, as relações sociais, a estrutura da sociedade, a dimensão das relações políticas, a construção coletiva do trabalho, o cuidado com as crianças, com os jovens, com os adultos, com os idosos, enfim com uma vida mais sustentável. Uma nova construção cultural se apresenta para o camponês, assim sendo aos poucos se estruturará uma nova identidade coletiva, a partir do novo espaço territorial do assentamento.

Esta identidade se vinculará a este lugar e espaço em movimento, e com o que existir nele. (...) “A identidade territorial, ou seja, um conjunto concatenado de representações sócio-espaciais que dão ou reconhecem certa homogeneidade em relação ao espaço ao qual se referem, atribuindo coesão e força (simbólica) ao grupo que ali vive e que com ele se identifica”, Haesbaert (1997). Os símbolos e imagens que materializam a identidade só adquirem valor quando incorporados a processos voluntários coletivos, a partir de uma perspectiva interna. Isso tende a se expressar numa tomada de consciência política que dá ao conceito de identidade um sentido territorial. No caso de um assentamento, o criar deste novo espaço perpassa uma construção de sua identidade quando na maioria das pessoas que moram neste local se identificam, por exemplo, com a organização política que é o movimento.

*“aqui é mais calmo, não tem tanta poluição sonora e do ambiente... a gente aprende muito, eu aprendo muito com meu sogro, mas é diferente da roça... Lá na roça, a gente pensa em comprar mais terras, em aumentar, faz parte do sonho, aqui não, não pode comprar, isso é difícil” (Cristiano, 22 anos).*

*“eu não planto, na verdade, não porque gosto, faço quando tem que fazer, quando minha mãe pede, eu gosto de fazer outras coisas, ela também eu acho, faz porque não tem outro jeito, aqui eu acho difícil mesmo, a gente podia fazer outra coisa, mesmo*

*estando aqui... sei lá, eu queria até gostar mais daqui, de estar aqui, mas como é que pode?” (Aline, 14 anos).*

Assim, passando a compreender como funciona a estrutura da organização sócio-política, suas atitudes irão revelar o sentido da vida do movimento. Também podemos identificar quando o coletivo pensa uma estratégia única de organização da produção do assentamento, a viabilização para cada família, como a renda será distribuída. Cria-se neste momento condições para que a coletividade partilhe os seus desejos e desafios, aumentando a cumplicidade do grupo e a identificação com algo. Neste caso podemos nos referendar nos estudos realizados por Haesbaert. “Identificar, no âmbito humano-social, é sempre identificar-se, um processo reflexivo, portanto, e identificar-se é sempre um processo de identificar-se com, ou seja, é sempre um processo relacional, dialógico, inserido numa relação social” (1997, p. 148).

Além disso, como não encaramos a identidade como algo dado, definido de forma clara, mas como um movimento, trata-se sempre de uma identificação em curso, e por estar sempre em processo / relação ela nunca é única, mas múltipla” (HAESBAERT, 1997, p.175). Este movimento em curso poderá acontecer nesta identificação dos sujeitos com suas próprias origens, tentando no grupo onde estão inseridos aqueles que são os seus iguais, quanto no grupo como um todo, construindo uma nova identidade diante do próprio coletivo, onde estas falas acerca da escolha do assentamento como um espaço de (con) vivência que seguem e são importantes para esta reflexão:

*“Seria, porque não? Não vejo nada diferente... o difícil é trabalhar e estudar, chegar uma hora da manhã e acordar cedo... é difícil, mas a gente sempre fez isso lá, meus pais também!” (Junior, 16 anos).*

*“eu escolheria ser assentada, aqui se começa... Aqui é mais calmo, aqui eu quero ser feliz” (Aline, 14 anos).*

*“não, se eu pudesse escolher eu não seria assentado, aqui não tem a ver com a gente, meu pai era jardineiro em Salvador, mas eu morava no asfalto, ele que ia pegar na terra, que nunca gostei...” (Guegueu, 17anos).*

*“Acho que sim, seria sim. Seria, mas talvez se eu não soubesse o que é. Quando viemos pra cá, a gente não sabia o que era, o que ia encontrar, mas tem coisas boas e coisas ruins, a gente tem que saber” (Chori, 16 anos).*

Neste caso existe uma identificação simbólica com suas raízes culturais, e com o concreto que são as novas relações com seu coletivo. Quando as raízes culturais são trazidas para os grupos das famílias assentadas, percebe-se a necessidade de estarem próximas. Na organização do espaço do assentamento, ali se encontram os que se identificam, e aos poucos o espaço torna-se de seu jeito, na casa, no lote, nas propostas trazidas para o conjunto do assentamento.

Outra dimensão que também podemos observar está relacionada à identidade com o território onde estão inseridos os sujeitos, como coloca Haesbaert, uma identidade sócio-territorial. (...) ”Trata-se de uma identidade em que um dos aspectos fundamentais para sua estruturação está na alusão ou referência a um território, tanto no sentido simbólico quanto concreto. Assim, a identidade territorial quando o referente simbólico central para a construção desta identidade parte do ou transpassa o território” (HAESBAERT, 1997, p. 178). Talvez para os assentados, a identificação com o território passa a construir sua identidade territorial na medida em que sua luta foi intensa por este pedaço de chão.

*“minha vida era melhor antes, a gente ficava um pouco mais a vontade, tinha água encanada, facilidade pra transporte... aqui tudo é difícil, a gente fica pensando em melhorar, tem que melhorar, ainda mais que eu crio meus dois filhos aqui, neste lugar. Moro aqui com mainha e painho, mas daqui a pouco tenho que ter o nosso, criar eles com nosso suor, eu penso que vai melhorar... Eu sei é que tenho que dar continuidade aos meus pais, seguir o exemplo deles, eles lutaram pra isso aqui, pra ter isso aqui, pra gente ter isso aqui, a gente tem o dever então, temos que ter isso aqui como coisa que é nossa...” (Teta, 18 anos).*

Este chão passa a ser a sua simbologia e também o sonho transformado em algo concreto, a sua terra. Neste espaço concreto sócio-territorial que é o assentamento, a perspectiva e a esperança, estão em transformar aquele sujeito que não se considerava mais incluso na sociedade, em sujeito participativo e ativo na sua própria reconstrução, no coletivo ou grupo em que está inserido. Ao construir este espaço ele projetará este novo a partir do seu vivido, do seu contexto histórico e do imaginário social, daquilo que é mais forte em sua história. A sua identidade passa a ser o seu território com suas referências anteriores ou não. Pode então construir realmente o novo a partir da identidade de ser um assentado sem terra e da sua mais nova cidadania.

Branco (2003) afirma que para compreender a novidade desse lugar (aqui tido como o assentamento) e o que ele traz para a identidade dos jovens que nele atuam, devem-se traçar seus contornos dentro de uma espessura temporal da comunidade. A comunidade que se constrói não pode ser vista como uma consolidação cultural isolada, mas como parte de uma esfera cultural mais ampla nas quais inúmeras significações se entrecortam, produzindo formas específicas de apropriações grupais e individuais.

Para Andrade (1998, p.225) o “território constitui-se, em realidade, em um conceito subordinado a outro mais abrangente, o espaço, isto é, à organização espacial. O território é o espaço revestido da dimensão política, afetiva ou ambas. A territorialidade por sua vez, refere-se ao conjunto de práticas e suas expressões materiais e simbólicas capazes de garantirem a apropriação e permanência de um dado território por um determinado agente social, o Estado, os diferentes grupos sociais e as empresas”. Em uma perspectiva mais sociológica, R. B. Cara (1998, p. 19) considera que o território e a territorialidade estão mais ligados a um processo de tomada de consciência e ocupação sócio-espacial, “o território é uma objetivação multidimensional da apropriação social do espaço. A territorialidade, a qualidade subjetiva do grupo social ou do indivíduo que lhe permite, com base em imagens, representações e projetos, tomar consciência de seu espaço de vida”.

Nesta perspectiva, o Antropólogo Paul E. Little (2002, p.02) compreende “a territorialidade como esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu território”.

A territorialidade seria a manifestação das formas de ocupação, uso, permanência e controle do território, relação essa construída historicamente (ou não), e por consequência engendrando dinâmicas sociais, econômicas, políticas, culturais singulares, manifestações existentes, preexistentes, ou até estranhas ao território. Tais territorialidades podem ter origem endógena (quando as potencialidades de determinada localidade são valorizadas e trabalhadas pelas pessoas, grupos étnicos e pela sociedade civil local), ou ter uma origem exógena (quando uma empresa ou multinacional se aloca espacialmente para se beneficiar de aspectos econômicos, sociais e naturais).

Nesse sentido a territorialidade é quem molda, constrói, controla, e usa territórios nos tempos atuais. Os atores sociais e agentes governamentais criam territorialidades, ou melhor, formas de ocupação, controle e uso espacial. E dependendo de qual interesse esse ator promova, contribui de certa maneira para “a expansão do território, ao mesmo tempo em que promove a ampliação da territorialidade, provoca a desterritorialidade nos grupos que se sentem prejudicados” (ANDRADE, 1998, p.214).

Assim, pensar nos jovens do Assentamento Ana Rosa, ressaltando noções como pertencimento e identidade, é constatar que, ao serem inseridos na dinâmica territorial imbricada pelo processo artificial da vida rural no assentamento, a noção de pertencimento está muito mais ligada ao vivido e concebido por seus pais, do que uma autêntica noção de pertencer àquele lugar. Isso em parte se deve, à observância dos jovens em relação ao que lhes espera. Parecem antever que pertencer ao Assentamento é entender que se trata de um território que impossibilita a reprodução social, onde sair para a manutenção da sobrevivência se demonstra como inevitável. Nesse sentido, pode-se falar nessa extensão assentamento-urbano como território vivido em um continuum, ou simplesmente território simbólico, para os jovens assentados.

Aqui, faz-se importante lembrar o que afirma Seyferth, onde trás que a busca de empregos remunerados pelos jovens do meio rural, como assalariados, “é sempre “obrigação” ou “exclusão” (...) a exclusão da herança da terra, subdivisão da propriedade (...)”. “os filhos são encaminhados para uma profissão assalariada desde cedo, exatamente porque não existem condições objetivas de fazê-los colonos de tempo integral.” (Seyferth, 1993, p. 14). Assim, a representação dos jovens sobre a atividade agrícola, indicando a existência de barreiras concretas à inserção destes jovens na mesma, tais como a falta de acesso à terra (seja pela exclusão na herança da propriedade familiar, pela posse de uma área de tamanho insuficiente para sua reprodução ou pela inviabilidade de uma exploração agrícola familiar calcada em parceria ou arrendamento) e, como dizem alguns jovens, a falta de incentivos para a agricultura, surgem não como tangências ao problema, mas como o próprio problema, vistas nas falas já demonstradas pelos jovens.

Então, no território do Ana Rosa, um aparente paradoxo se afigura: que elementos nas falas dos jovens, que elementos o fazem afirmar, ser o assentamento um

espaço de vivência e um espaço degradante? Porque em seu imaginário, a fuga para uma natureza, a tranqüilidade e a não violência, se contrapõem à distância, a falta de possibilidades? Porque o grupo (aqui, os jovens) sempre surge no intuito de mudança, de agregação e, a família, como estagnação, manutenção de uma lógica?

Trata-se de uma contradição que se afirma segundo um território simbólico instituído. Neste sentido, não se nega a identidade camponesa re-criada por seus pais, antes e agora, no processo de assentar-se. Identidade esta que é transmitida no discurso de luta pela terra, de valorização do lote pela luta, pelo conflito. Ao mesmo tempo, a identidade construída eminentemente pelos jovens é a geracional, de quase unicidade nos discursos, de valorização da mudança, de inconformismo, de busca por melhores condições sociais. Assim os jovens visibilizam-se, trazendo a compreensão da lógica do projeto político que é a reforma agrária, colocando-se como categoria afetada por este processo e emitindo soluções que permeiam, quando se trata de permanência no meio rural (buscar um novo lote) ou a saída (trabalhar na cidade). Não se trata, neste último caso, de uma simples rejeição ao rural, mas do urbano visto positivamente por constituir um centro de serviços e oferecer possibilidades de progresso e educação, como complemento necessário à vida no meio rural, como nesta fala:

*“o que eu acho ruim é que a gente não cresce na terra, não divide, fica tudo igual... uma hora a gente tem que se afastar da família, pra morar em outro lugar, só se der sorte de achar um lugar perto...”* (Cristiano, 22 anos).

Nesta fala, o jovem não transmite a noção de urbano, mas de que a saída é um fato. E nesta perspectiva, a possibilidade de permanência no meio rural tem sintonia com as possibilidades que à frente surgirão. Mas e quando não é possível a permanência no meio rural? No caso do Assentamento, nas áreas de reforma agrária em geral, a noção de que a sucessão geracional na agricultura familiar é de grande importância, não apenas para os membros da família diretamente envolvidos, mas também para a reprodução dessas unidades de produção ao longo do tempo, o tecido social e a aparência das áreas rurais, assim como a estrutura do setor agrícola, são arrefecidos pela *indivisão* do lote. Logo, o dilema se institui: como o lote pode ser produtivo, se no futuro, apenas um dos membros da geração seguinte o acessará? E esta é a preocupação dos jovens: como poderei prosperar aqui?

Neste ponto, a necessidade de buscar estratégias familiares alternativas, que permitam a manutenção da propriedade e do estatuto de agricultor e a reprodução dos filhos; a determinação de quem será o sucessor e como se dará a transmissão da exploração, tendo em vista a indivisibilidade da propriedade, visto que a inviabilidade da permanência de todos os filhos na propriedade familiar, a transmissão do patrimônio certamente irá beneficiar apenas um dos herdeiros; para os demais, o único caminho possível é sua saída do meio rural (SEYFERTH, 1985; 1993).

Algumas pesquisas sobre comunidades rurais centenárias apontaram para o costume de privilegiar, com a herança da terra, o filho mais jovem, geralmente do sexo masculino, o qual, ao assumir a propriedade, responsabilizava-se pelo cuidado dos pais na velhice (Moura, 1978; Tavares dos Santos, 1978). Os filhos excluídos da herança da terra eram encaminhados para regiões de expansão da fronteira agrícola, para o seminário ou convento; as moças recebiam um dote simbólico que as tornavam aptas a casar com algum agricultor.

Mais recentemente, constata-se a mudança nos padrões sucessórios, devida em parte à significativa redução do número de filhos e em parte a mudanças nas relações familiares que possibilitam aos jovens buscar alternativas individualizadas. A mudança da noção de tempo, apontada por Leccardi (2005), também afeta os jovens rurais e suas expectativas de vida. Em muitos casos, os estabelecimentos ficam sem sucessores; em outros, algum filho, não necessariamente o mais velho ou o mais jovem, assume o estabelecimento após a aposentadoria ou a morte do pai; ou é a filha que se torna a herdeira da terra.

Viera (2004) chama a atenção para o fato de que os projetos dos jovens são vistos por eles mesmos como sem possibilidades de concretização. De acordo com a autora, Heilborn e outros, focalizando as classes populares, afirmam que “o estreito horizonte de oportunidades restringe a possibilidade de planejamentos futuros e de previsões a médio ou longo prazo”. Em decorrência disso, há uma espécie de *presentificação* da vida e a idéia de projetos cede lugar à de sonhos (HEILBORN, 2002: p.29).

Estes sonhos, esta representação do futuro se explica pelo pertencimento através do *território simbólico*, que está além do território do assentamento, ele subscreve os

anseios dos jovens e a sua não submissão a esta lógica, que ao mesmo tempo se confronta com a realidade.

#### 4. Considerações finais

O cotidiano dos jovens, construídos através de elementos simbólicos como a luta pela terra, o choque de identidades, a dinâmica espacial, e ainda, de elementos sociais, imbricados no processo de reforma agrária e na motivação dos pais por acessarem os lotes. Com isso, este processo de re-territorialização confronta-se com o paradigma da *rurbanidade*, explicitado, sobretudo no trabalho com a terra e saída do Assentamento para estudar. Nesta saída, os elementos urbanos configuram-se como elementos de futuro, de anseio, contrapondo à realidade encontrada no assentamento, de distância e dificuldade de acesso a elementos aos quais os jovens desejam possuir.

O Assentamento torna-se então um lugar de conflitos, pois a trajetória dos pais, associadas à elementos bucólicos e de segurança, se vêem atores de um processo de enraizamento, sobretudo calcada na trajetória dos pais, e de busca por novas possibilidades, tendo o espaço urbano como futuro.

#### Referências

- ANDRADE, Manuel Correia de. **A Terra e o Homem do Nordeste**. 3º edição, Editora Brasiliense, São Paulo, 1998.
- BELEDELLI, Senira; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira de. **Assentamento, sua cultura, identidade e organização**. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina, Universidade de São Paulo, 2005.
- BRANCO, Maria Tereza Castelo. **Jovens sem-terra: identidades em movimento**. Curitiba: UFPR, 2003.
- CARA, Roberto Bustos. Territorialidade e Identidade Regional no Sul da Província de Buenos Aires. IN: SANTOS, Milton & SOUZA, Maria Adélia A. (Organizadores), **Território: Globalização e Fragmentação**. 4ª Edição, Editora Hucitec, ANPUR, São Paulo, 1998.
- CLAVAL, Paul. O território na transição da pós-modernidade. **Geographia**. Revista de Pós Graduação em Geografia da UFF, Niterói/RJ, UFF/EDD, ano 1, n.º 2 1999.
- HAESBAERT, Rogério. **Desterritorialização e identidade: a rede “gaúcha” no nordeste**. Niterói: EDUFF, 1997.

- HEILBORN, Maria Luiza et al. Aproximações socioantropológicas sobre a gravidez na adolescência. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, Ano 8, n. 17, jun.2002.
- LECCARDI, Carmen. Por um novo significado do futuro; mudança social, jovens e tempo. **Tempo Social**. Revista de Sociologia da USP, v. 17 (2): 35-57, nov. 2005.
- LITTLE, Paul E. Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: Por Uma Antropologia da Territorialidade. **Revista Antropológica**. UNB, Brasília, 2002.
- MORIN, Edgard. **O paradigma perdido: a natureza humana**. 4a. edição, Portugal: Nova América, 2001.
- MORISSAWUA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.
- MOURA, Margarida Maria. **Os herdeiros da terra: parentesco e herança numa área rural**. São Paulo: Hucitec, 1978.
- PAOLIELLO, Renata Medeiros. **Conflitos Fundiários na Baixada da Ribeira: A Posse como Direito e Estratégia de Apropriação**. Campinas. PPGAS / UNICAMP, dissertação de mestrado, 1992.
- SANTOS, J. V TAVARES DOS. **Colonos do vinho; estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**. Campinas: Hucitec, 1978.
- SEYFERTH, Giralda. Herança e Estrutura Familiar Camponesa. **Boletim do Museu Nacional**. Rio de Janeiro: Museu Nacional / CAPES / UFRJ, n.52, maio, 1985.
- SEYFERTH, Giralda. Identidade camponesa e identidade étnica (um estudo de caso). *In: Anuário Antropológico 91*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p.31-63, 1993.
- VIEIRA, Rosângela Steffen. **Juventude e sexualidade no contexto (escolar) de assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra**. Florianópolis, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Dissertação de Mestrado, 2004.